

Carvalho, E.J.G; Faustino, R.C. (Org.). *Educação e diversidade cultural*. 2. Ed. Maringá: EdUEM, 2012

Carvalho, E.J.G; Faustino, R.C. (Org.). *Education and cultural diversity*. 2. Ed. Maringá: EdUEM, 2012

Felipe Vieira Paulino
Universidade Paulista – UNIP
São Paulo-Brasil
João Henrique da Silva
Universidade Federal de Roraima – UFRR
Boa Vista-Roraima-Brasil

Resumo

Trata-se de uma resenha crítica do livro “Educação e Diversidade Cultural” organizada por Elma Júlia Gonçalves de Carvalho e Rosângela Célia Faustino, a fim de compilar os resultados de pesquisas realizadas por docentes sobre o tema da diversidade cultural e suas relações com a educação escolar e políticas inclusivas. A obra discute as seguintes temáticas: educação e diversidade cultural, educação e direitos humanos, educação escolar indígena, educação hospitalar, educação do campo, educação especial, educação étnico-racial, gênero, sexualidade e educação. As temáticas foram exploradas por meio das pesquisas bibliográficas, de cunho crítico e reflexivo. Os resultados das pesquisas contribuem na compreensão crítica do discurso da diversidade cultural e das estratégias dos atores neoliberais para criar consenso e minimizar os conflitos sociais gerados pelo próprio sistema de exploração capitalista. Portanto, a obra nos proporciona reflexão rigorosa e aprofundamento teórico sobre os discursos relacionados a promoção da diversidade cultural na educação. A obra é um convite a novas pesquisas no campo da educação intercultural e sua relação com as ideologias políticas internacionais afinadas ao capital.

Palavras-chaves: Diversidade cultural. Relações étnico-raciais. Direitos humanos. Pesquisa Educacional.

Abstract

It is a critical review of the book “Education and Cultural Diversity”, put together by Elma Júlia Gonçalves de Carvalho and Rosângela Célia Faustino, aiming to gather results from research made by teachers about the theme of cultural diversity and its relations with school education and inclusive policies. The work discusses the following themes: education and cultural diversity, education and human rights, indigenous school education, hospital education, rural education, special education, ethnical-racial education, gender, sexuality and education. The themes were explored by means of bibliographic research, which was critical and reflexive. Results from the research contribute to a critical comprehension of the discourse of cultural diversity and strategies from neo-liberal actors to create a consensus and minimize social conflicts brought by the system of capitalist exploration itself. Therefore, the work provides us with a rigorous reflexion and theoretical deepening about discourses relating to the promotion of cultural diversity in education. The work is an invitation for new researches in the field of intercultural education and its relation with political ideologies attuned to the capital.

Keywords: Cultural diversity. Ethnical-racial relations. Human rights. Educational research.

Resenha

A obra “Educação e Diversidade Cultural” foi organizada por Elma Júlia Gonçalves de Carvalho e Rosângela Célia Faustino, a fim de compilar os resultados de pesquisas realizadas por docentes sobre a referida temática, para envolver pedagogos que lidam com a diversidade cotidianamente, seja em sala de aula, seja na gestão escolar, e convidá-los à produção do conhecimento. Carvalho é Graduada em Pedagogia (UEM-1987), Mestre em Educação (UEM-1998) e Doutora em Educação (UNIMEP-2005), com estágio de doutoramento na Universidade do Milho (Braga/Portugal-2004). Tem experiência na área da Educação e nos temas: políticas educacionais, gestão pública educacional e gestão escolar. Faustino é Graduada em História (UEM-1994), Mestre em Educação (UEM-1999) e Doutora em Educação (UFSC-2006). Tem experiência na área da Educação e nos temas: educação escolar indígena, ensino-aprendizagem, interculturalidade, multiculturalismo, alfabetização e bilinguismo.

O livro é composto por dez capítulos que abrangem as seguintes temáticas: educação e diversidade cultural, educação e direitos humanos, educação escolar indígena, educação hospitalar, educação do campo, educação especial, educação étnico-racial, gênero, sexualidade e educação. As temáticas foram exploradas por meio das pesquisas bibliográficas, de cunho crítico e reflexivo.

O primeiro capítulo, “Educação e diversidade cultural”, produzido por Carvalho (2012) aborda apropriadamente a diversidade cultural que se conecta profundamente com a questão educacional e o cotidiano docente, uma vez que a escola regular constitui um espaço diversificado culturalmente. Trata-se de um contexto marcado contraditoriamente pelo processo da globalização, pois gera a unificação das agendas políticas, porém reduz a capacidade do Estado-Nação de programar políticas públicas.

Para Carvalho (2012, p 50), a atual mudança social, política e econômica gera a necessidade de reformulações na formação educacional do ser humano. Ela alerta que a “[...] discussão da diversidade pode servir para reproduzir o que num primeiro momento ele procura combater, ou seja, a exclusão e a injustiça”. É preciso questionar “[...] se está em curso um projeto de valorização das diferentes culturas ou o objetivo de se constituir uma 'cultura educacional mundial comum', orientada por visões universalizantes”. Caso seja o

projeto de uma cultura comum, colocaria por fim as diversidades por uma igualdade absoluta.

O segundo capítulo, intitulado “Relatório Delors: a educação para o século XXI”, analisa o Relatório Delors, publicado pela Unesco em 1996, que entoa um discurso salvífico da educação mundial, por meio do relato de uma realidade generalista sobre a condição do homem e da sua formação educacional no final do século XX. O Relatório fala de quatro passos para desenvolver a educação no século XXI. O primeiro passo é estimular o “aprender a conhecer”, no qual o educando deveria fascinar-se pelo conhecimento e aprenderia a aprender. Os passos seguintes seriam “aprender a fazer”, em que enfrentaria situações plurais; “aprender a viver junto”, ou seja, preparando-se para gerir conflitos e o “aprender a ser”, compreendendo que é sujeito de sua própria história. O modelo de educação proposto formaria sujeitos reflexivos para o desenvolvimento sustentável, para a construção da equidade e que, assim, trabalhasse para a manutenção da paz.

Todavia, Rizo (2012) explica que esse relatório faz com que o Estado transfira a sua responsabilidade para a sociedade civil, que, sem apoio, deve-se autoformar continuamente. Essa proposta acaba culpabilizando os indivíduos pelas suas próprias condições de vida, de estudo e de trabalho. Sendo o desejo do Estado desenvolver um sujeito planetário, é necessário: “[...] aplicar em educação como prioridade, para que, um dia, isso reverta a seu favor e, finalmente, promova cidadãos capazes, de, numa subpolítica, recriar o mundo a sua volta” (RIZO, 2012, p. 84).

No terceiro capítulo, denominado “Diversidade cultural e educação escolar indígena: contingências de uma política internacional”, Faustino (2012) afirma que os Europeus, por muito tempo, colocaram-se como detentores de uma moderna cultura a ser seguida. Assim, a Europa explorou e colonizou o mundo, colocando-se como o continente que promovia ajuda na civilização dos povos que ainda não tinham se desenvolvido segundo seus modelos. Os Estados Unidos da América, ao adotarem o neoliberalismo após uma grande crise econômica, elevaram a ideia de que não havia fronteiras para a economia e para a cultura.

Na busca da inclusão consumidora dos grupos vulneráveis, o Banco Mundial passou a financiar pesquisas relacionadas aos povos indígenas, originários de cada país, constatando a necessidade de não mais impor as culturas dominantes sobre eles, mas sim, de aceitar o

Resenha

multiculturalismo, o que gerou vários movimentos com foco educacionais das gerações mais novas desses povos, que se encontravam até então em condições miseráveis.

Para uma melhora nas condições sociais dos povos originários do Brasil, começou-se a pensar na formação educacional que os colocaria no mercado de trabalho, devendo ser organizada de forma adequada às características específicas desses povos, com direito assegurado por lei. Destacou-se a necessidade da colaboração da União e de toda a Federação na formulação de políticas públicas educacionais.

Faustino (2012) verifica que as organizações internacionais sempre estiveram muito ligadas ao mercado, assim, a questão que se coloca é a seguinte: a intenção de pensar na educação escolar indígena está ligada à emancipação desses povos, ao consumo comercial deles, ou à erradicação dessa cultura, como fizera a Europa na colonização?

O quarto capítulo, “Educação em direitos humanos: desafios à educação formal e não formal”, reflete sobre a problemática dos Direitos Humanos, que não se restringe a uma questão atual, uma vez que perpassa toda a história da humanidade. Houve diversos períodos históricos em que uma parcela grande da sociedade servia como escrava a um pequeno grupo dominante. Cecílio (2012) expõe que a miséria está totalmente articulada com os processos falhos da formação escolar, pois aqueles que tiveram uma boa formação tiveram condições financeiras frequentemente melhores. A educação e a permanência do educando na escola com ensino de qualidade passaram a ser reivindicadas como direito de todo cidadão. Além de ser um direito, de forma transversal, Cecílio (2012) conclui que a discussão e a reflexão sobre os Direitos Humanos devem fazer parte do currículo escolar.

No quinto capítulo, “A concepção educativa do direito infanto-juvenil”, Silvestre (2012) traz os documentos que garantem os direitos para as crianças e adolescentes, destacando que eles devem transcender o âmbito legal, pois esses cidadãos devem ser respeitados por serem sujeitos em pleno desenvolvimento.

Silvestre (2012) também discute que o ingresso escolar deve basear-se na concepção de cidadania, estado pleno de autonomia que será desenvolvida por meio da participação ativa dos alunos em situações conflituosas (resolução de problemática) do dia a dia dessas instituições. As crianças e adolescentes devem, como indivíduos de direitos e deveres, respeitar a todos os outros membros das instituições escolares e da sociedade em geral. Geralmente, o que se busca é a interação desses indivíduos desde muito cedo na sua ativa cidadania autônoma.

No sexto capítulo, intitulado “Intervenção pedagógica junto à criança hospitalizada: um olhar para a diversidade”, os autores Calegari-Falco et al (2012) afirmam que a educação é um direito essencial de qualquer ser humano, independentemente da idade ou de necessidade especial. A educação hospitalar é uma das modalidades de educação especial e de inclusão, na qual crianças e jovens que, por conta de alguma patologia, precisam se ausentar do contexto escolar para tratamentos específicos, podem dar continuidade aos estudos nessas classes diferenciadas. O intuito é possibilitar que esses indivíduos não tenham sua formação prejudicada, elevando, assim, sua autoestima e automotivação

Segundo os autores, o profissional da educação hospitalar deve ser compreensivo e mediador no processo de assimilação frente às situações que os pais e alunos passam nesse processo. Essa forma de pedagogia deve ter um olhar voltado para as potencialidades dos alunos/pacientes. O planejamento deve ser flexível às especificidades dos alunos.

O sétimo capítulo, chamado de “Educação do Campo: políticas e diretrizes” foi escrito por Silva, Cecílio e Hirose (2012) que fazem uma incursão na história dessa política educacional. Eles relatam que as pessoas que vivem e trabalham no campo possuem o direito de receber uma formação educacional diferenciada, que atendam a suas necessidades, a calendários específicos da realidade vivenciada por eles, com especialização dos profissionais para trabalhar de forma diversificada para esses educandos, entre outras medidas.

Assim, os autores relatam que o estado do Paraná foi o primeiro a criar as Escolas Itinerantes que acompanhavam os Sem Terras, promovendo a educação escolar dos membros desse movimento. Posteriormente, buscaram reformular as diretrizes curriculares do estado para incluir conteúdos específicos do campo. O diálogo com os povos é fundamental para construir um projeto coletivo.

O oitavo capítulo refere-se à temática de gênero, sexualidade e educação. Braga (2012) afirma que tais assuntos e questões são pertinentes aos pedagogos, embora esses, geralmente, ocultem tais conteúdos nas escolas. Para Braga (2012), tratar diferença de gênero na atualidade não é falar só das diferenças biológicas, mas sim das relações culturais, sociais e políticas, já que o gênero é uma construção social e histórica.

A escola tem por função a construção do conhecimento junto do(a) aluno(a), porém, no que concerne à sexualidade, ela tem silenciado. Como forma de cumprir sua função, a

Resenha

escola deve organizar momentos de discussão e sistematizar a orientação sexual como forma educativa. O projeto em voga é a formação de um sujeito emancipado e que compreende a sua sexualidade e a do outro.

O penúltimo capítulo, “A política de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular: demandas na globalização excludente”, concerne à política de inclusão atual no contexto na educação básica. Guhur (2012) realiza um resgate histórico do direito à educação pelas pessoas com deficiência ao longo dos séculos, demarcando as contradições que envolviam o direito à educação em relação aos âmbitos do trabalho e da saúde. A autora reflete que a garantia do direito à educação para o referido público constitui, na verdade, um valioso capital humano.

No último capítulo, “Lei n. 10.639/03: obrigatoriedade e possibilidades de aplicação na escola”, o assunto central é o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Silva (2012) aborda a exclusão social dos negros brasileiros para além de um problema somente atual, mas como uma construção histórica, que se arrasta desde a escravidão desses povos

Assim, a Lei nº 10.639/03 busca a tomada de consciência nacional da importância dos povos africanos e afro-brasileiros na construção da nação brasileira, enaltecendo a cultura e história africana, desmistificando o saber popular equivocado sobre sua cultura, levando ao conhecimento dos educandos as grandes formas governamentais desse povo, como a do Egito. Para isso, Silva (2012, p. 266) destaca a necessidade, principalmente no que tange aos profissionais da educação, de não compactuar com as velhas concepções e discursos preconceituosos, buscando, em sua formação continuada, base para trabalhar o assunto, já que em sua formação inicial há um déficit nesse conteúdo. Somente dessa forma será possível a implementação da lei aqui citada, visto que até mesmo os profissionais precisam desconstruir práticas discriminatórias que, muitas vezes, passam despercebidas em sala de aula.

Após a leitura atenta e criteriosa, pode-se afirmar que os textos apresentam uma linguagem clara, acessível e esclarecedora. Os diversos capítulos oportunizam aos graduandos e pós-graduandos aprofundamento no rico conhecimento sobre a perspectiva da diversidade. A temática não se esgota na obra, pois clama por um olhar especial dos pedagogos e envolvidos na educação, para oportunizar igualdade, justiça e democratização nas relações de ensino-aprendizagem.

Portanto, a obra nos proporciona pensar, refletir e colocar em ação a busca de uma efetiva interculturalidade de acordo com a diversidade humana, almejando a emancipação dos grupos vulneráveis, compreendendo o contexto social do indivíduo educando que, por sua vez, é influenciado pelas ideologias políticas internacionais afinadas ao capital.

Sobre os autores

Felipe Vieira Paulino

Cursando a licenciatura de Pedagogia na UNIP, Sorocaba.

E-mail: vieirafelipe86@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4521-9984>

João Henrique da Silva

Doutor em Educação Especial pela UFSCar. Mestre em Educação pela UFGD. Bacharel e licenciado em Filosofia. Pedagogo. Professor visitante do mestrado em educação da UFRR.

E-mail: jhsilvamg@icloud.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0277-0466>

Recebido em: 03/11/2019

Aceito para publicação em: 30/11/2019